



**VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS NO BRASIL:
UM MAPEAMENTO DO CONTEXTO PANDÊMICO**

Rodrigo Dos Santos Santana (Unespar)
Unespar/Campus Paranavaí, rodrigasantana5467@gmail.com

KEILA PINNA VALENSUELA (Orientadora/a)
Unespar/Campus Paranavaí, keila.pinna@unespar.edu.br

LEONARDO CARVALHO DE SOUZA (Coorientador/a)
Unespar/Campus Paranavaí, leonardo.souza@unespar.edu.br

Modalidade: Pesquisa
Programa Institucional: PIBIC: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

Grande Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

RESUMO: A pesquisa "violações dos direitos humanos de crianças, adolescentes e jovens no Brasil: um mapeamento do contexto pandêmico" teve por objetivo analisar as violações de direitos humanos de crianças, adolescentes e jovens no Brasil no período de 2020 a 2022 a fim de compreender as implicações do contexto pandêmico. Para tanto, as principais referências teóricas foram: Ariès (2014), Bock (2007), Trindade (2010), Antunes (2021), Lins (2022) e Bogéa (2021). Na revisão bibliográfica, identificou-se diversos contextos infantojuvenis a medida em que diferentes concepções são construídas acerca da infância, adolescência e juventude, a partir da compreensão das particularidades sócio históricas destas construções para além de definições biológicas e etárias. Nesta trajetória, observou-se uma discussão não prioritária sobre a necessidade da participação política de crianças, adolescentes e jovens enquanto direito, secundarizando a presença democrática destes em todas as decisões que os afetam. Na perspectiva dos direitos humanos, aprofundou-se na pertinência da sua defesa intransigente haja vista as constantes críticas e ataques ideopolíticos que ocorreram durante a gestão de Jair Messias Bolsonaro. Suas pautas neoconservadoras e ultraneoliberais, e de neocropolítica, tiveram rebatimentos na política pública como um todo, inclusive naquelas direcionadas para crianças, adolescentes e jovens, sobretudo pretos, empobrecidos e moradores de territórios desprotegidos. Em síntese, concluiu-se que historicamente não se distinguia crianças dos adultos, adolescência e juventude são concepções mais contemporâneas que implicam também em questões etárias, mas especialmente de classe, gênero, étnico-raciais e de território. Na história, avançou-se legal e institucionalmente, porém no cotidiano ainda experimentamos a instrumentalização infantojuvenil, isto é, ser criança, adolescente ou jovem não garante o direito de serem ouvidos ou consultados nas decisões políticas que os envolvem. Por meio da pesquisa documental, apontou-se nas Conferências Municipais dos Direitos de Crianças e Adolescentes, dentre outras ações, a necessidade e a importância da participação política dos que são público alvo, e portanto, os maiores interessados na articulação por melhorias e mudanças, principalmente após um cenário que foi tão devastador na desconstrução e desvalorização dos direitos humanos de crianças e adolescentes no governo Bolsonaro que se desenvolveu com base no fundamentalismo cultural e religioso, na militarização e na judicialização da política.

Palavras-chave: Direitos-humanos. Infanto-juvenil. Bolsonarismo.

Realização



PRPPG
Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação

PROEC
Pró-Reitoria de Extensão
e Cultura

Apoio



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

